

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Operacional

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Departamento de Destinação Final de Resíduos – DDFR-SLU / Gerência de Monitoramento e Disposição Final de Resíduos - GEMOD-SLU

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do Objeto:

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de engenharia para fornecimento e instalação de reservatório metálico de forma cilíndrica, apoiado sobre pés, capacidade nominal de 20 m³ e caixas d'água de 2, 0 m³, conforme condições e exigências discriminadas neste Termo de Referência, no Projeto Básico, no Edital e seus documentos integrantes e indissociáveis.

1.2. Da classificação do objeto e forma de seleção do fornecedor

Os serviços referenciados neste Termo de Referência, dadas as suas características, pautadas em especificações usuais de mercado e detentoras de padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, enquadram-se no conceito de **serviços comuns de engenharia**, conforme definido no inciso XXI, alínea “a”, do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Trata-se de serviços comuns de engenharia, a serem contratados mediante processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, adotando-se o modo de disputa aberto e fechado, critério de julgamento por menor preço, aferido de forma global, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

A escolha da modalidade licitatória e do critério de julgamento visa assegurar a ampla concorrência entre os potenciais fornecedores, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

O critério de julgamento de menor preço, aferido de forma global, foi selecionado por ser mais adequado à natureza do objeto, permitindo a identificação da proposta que ofereça o menor custo total para a execução dos serviços. A opção por descarte do critério de Maior Desconto justifica-se pela potencial inviabilidade da prestação de alguns serviços pela CONTRATADA, uma vez que a redução seria aplicada proporcionalmente a todos os itens da Planilha de Orçamento, além de impactar negativamente a formação dos preços praticados no mercado.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

O regime de execução escolhido foi a de empreitada por preço unitário foi eleito em razão da impossibilidade de definição prévia e precisa de todos os quantitativos dos serviços a serem executados. A natureza da intervenção implica na possibilidade de surgimento de demandas imprevisíveis durante a execução. Tal regime minimiza os riscos para as partes contratantes, evitando acréscimos ou decréscimos irrazoáveis do BDI e, conseqüentemente, no valor total da contratação, situações que poderiam ocorrer caso fosse adotado o regime de empreitada por preço global.

É imperioso ressaltar que a execução do contrato não estabelecerá vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação que configure pessoalidade e subordinação direta.

1.3. Da divisibilidade do objeto

Optou-se pelo **não parcelamento do objeto** da presente licitação.

A análise técnica das atividades e serviços necessários à execução da obra revelou a existência de interdependência técnica e sequencial entre os diversos serviços envolvidos. O parcelamento da contratação poderia comprometer a boa execução da obra, gerando dificuldades na compatibilização dos serviços, na fiscalização, no controle de prazos e na responsabilização por eventuais falhas técnicas. Adicionalmente, a contratação de empresas distintas para cada etapa poderia ocasionar atrasos, conflitos de responsabilidade e aumento de custos, contrariando os princípios da economicidade, eficiência e do interesse público.

Diante de tais considerações, a decisão pela não realização do parcelamento visa garantir maior efetividade na execução do objeto, assegurar o cumprimento dos prazos, facilitar a fiscalização e a gestão contratual, bem como obter melhores resultados técnicos e operacionais. A contratação global de uma única empresa, responsável pela execução integral da obra, é a solução que melhor atende ao interesse público.

Considerando tais fatores, optou-se pela não realização do parcelamento, sendo recomendada a contratação global de uma única empresa, que será responsável pela execução integral da obra de reforma. Tal decisão visa garantir maior efetividade na execução do objeto, assegurar o cumprimento dos prazos, facilitar a fiscalização e a gestão do contrato, bem como obter melhores resultados técnicos e operacionais.

A presente justificativa encontra-se em plena conformidade com o disposto no art. 40, § 2º, I, da Lei nº 14.133/2021, que admite a não adoção do parcelamento quando houver fundamentação técnica que comprove ser a solução mais vantajosa para a Administração.

1.4. Da Contratação

1.4.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 1.4.2. O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de **90** (noventa) dias corridos contados a partir da emissão da ordem de serviço.
- 1.4.3. O prazo de vigência do contrato é de **300** (trezentos) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.
- 1.4.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.
- 1.4.4.1. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SLU.
- 1.4.4.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 1.4.4, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

1.5. Do reajustamento

- 1.5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 meses, contados da data de referência da Planilha de Orçamento, Apêndice II do Termo de Referência), de acordo com o disposto no §1º, do art. 2º, combinado com o §1º, do art. 3º, ambos da Lei Federal n.º 10.192/2001, devendo os reajustes seguintes obedecerem à mesma periodicidade anual, tendo como referência sempre o mesmo mês-base.
- 1.5.2. O índice de preço será calculado pelos índices de preços das atividades preponderantes publicados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, pelo DNIT e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IPCA publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 1.5.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida.
- 1.5.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 1.5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 1.5.7. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 06 (seis) meses.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 1.5.8. Se o Contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração, fixada na contratação, sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.5.9. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da contratação encontra-se pormenorizada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no **Estudo Técnico Preliminar - ETP**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da visita técnica:

- 4.1.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a Licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de visita técnica prévia.
- 4.1.2. As empresas interessadas em participar do certame deverão efetuar Visita Técnica onde os serviços objeto desta licitação serão executados, para conhecer o local, características, facilidades e recursos existentes, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões que não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.
- 4.1.3. A alegação de desconhecimento das condições locais não consistirá em argumento válido para reclamações presentes e futuras.
- 4.1.4. Caso opte por realizar a Visita Técnica, esta deverá ser realizada pelo representante legal da Empresa ou Responsável Técnico, acompanhado por um representante da Unidade.
- 4.1.5. A Visita Técnica deverá ser agendada previamente junto ao Departamento de Destinação Final de Resíduos – DDFR-SLU, o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura do certame, para que seja(m) designado(s) o(s) técnico(s) que a acompanhará (ão) e emitirá (ão) declaração da realização da visita, através do e-mail licita.slu@pbh.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 4.1.6. O prazo para Visita Técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.
- 4.1.7. A Licitante deverá apresentar declaração de que realizou visita técnica prévia e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Edital.

4.2. Da cessão do Contrato:

A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

4.3. Subcontratação:

- 4.3.1. A subcontratação do objeto será admitida, no limite de 30% (trinta por cento), quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação da Fiscalização e autorização da CONTRATANTE. Este limite foi estipulado em respeito à natureza *intuitu personae* do contrato.
- 4.3.2. A subcontratação não será admitida para os itens para os quais, como requisito de habilitação técnico operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovem a execução de serviços com características semelhantes.
- 4.3.3. Para a formalização da subcontratação, a CONTRATADA deverá, a qualquer tempo, apresentar a relação dos serviços que serão subcontratados juntamente com a apresentação da seguinte documentação:
- 4.3.3.1. Solicitação da CONTRATADA dirigida à Fiscalização, justificando a necessidade da subcontratação e solicitando autorização para fazê-la;
- 4.3.3.2. Minuta do contrato a ser celebrado entre a CONTRATADA e a subcontratada;
- 4.3.4. Documentos pertinentes à habilitação jurídica da subcontratada:
- 4.3.4.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 4.3.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- 4.3.4.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- 4.3.4.4. Ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 4.3.4.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade a ser subcontratada assim o exigir;
- 4.3.5. Documentos pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada:
- 4.3.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 4.3.5.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da subcontratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da subcontratação;
- 4.3.5.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da subcontratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 4.3.5.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- 4.3.5.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 4.3.5.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.
- 4.3.6. Documentos de qualificação econômico-financeira da subcontratada:
- Certidão negativa de falência e concordata emitida pelo distribuidor de feitos da Justiça Estadual da sede da subcontratada.
- 4.3.7. Documentação de Qualificação Técnica, constando:
- 4.3.7.1. Certidão de registro na entidade profissional competente, se exigível;
- 4.3.7.2. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a subcontratada executou, diretamente, serviço equivalente com, no mínimo, as parcelas de relevância técnica e valores significativos correspondentes à metade do que se pretende subcontratar;
- 4.3.7.3. Atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, de que o(s) profissional(is), comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da subcontratada, **com formação em Engenharia Civil e devidamente registrado na entidade profissional**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

competente executou(aram), na qualidade de responsável(is) técnico(s), serviço de mesma natureza do que se pretende subcontratar.

4.3.8. Outras comprovações da subcontratada:

- 4.3.8.1. Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
 - 4.3.8.2. Declaração de inexistência de fatos impeditivos para a sua contratação com a Administração Pública;
 - 4.3.8.3. Declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço na subcontratação não incorrem nas proibições de que trata o artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
 - 4.3.8.4. Declaração de que a subcontratada se compromete a utilizar e/ou especificar e utilizar somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenha procedência legal, atendendo ao disposto no art. 17, § 4º, da Lei Municipal n.º 10.175/2011, se atividade a ser subcontratada envolver a especificação ou a utilização de produtos e subprodutos de madeira.
- 4.3.9. No caso da subcontratada possuir cadastro regular no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e habilitado na(s) linha(s) de serviço(s) compatível(eis) com a atividade a ser subcontratada, os documentos dos **subitens 4.3.4 ao 4.3.6** são dispensáveis, devendo ser apresentada a situação da subcontratada no SUCAF.

4.4. Da participação de consórcios:

- 4.4.1. Não será admitida formação de consórcio por se tratar de serviços cuja complexidade e dimensão não justifica a atuação de mais de uma empresa.
- 4.4.2. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que o objeto a ser contratado configura como um serviço comum de engenharia de baixa complexidade e possui toda viabilidade de execução individual por apenas um executor, cuja a execução do objeto por um único prestador de serviços é perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se enquadra no objeto a ser licitado.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 4.4.3. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de CONTRATANTE, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas aqui apresentadas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu artigo 15, atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.
- 4.4.4. A decisão de vedar a participação de consórcios, visa, exatamente afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios para manipular os preços nas licitações.

4.5. Garantia Contratual

- 4.5.1. Exigir-se-á da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia de execução contratual, em uma das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme art. 98 da Lei 14.133/2021.
- 4.5.1.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.
- 4.5.1.2. No caso de opção pela modalidade de seguro-garantia, a adjudicatária terá 1 (um) mês, da data da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, para apresentar a garantia à CONTRATANTE.
- 4.5.1.3. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.5.1.4. Deverá ser prestada garantia adicional pela CONTRATADA, cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do §5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.5.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e **por 180 (cento e oitenta) dias após o término da vigência contratual**, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.5.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- c. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

4.5.3.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.5.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.5.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.5.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e que nenhum período fique descoberto.

4.5.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.5.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.5.8.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.5.8.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.5.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 4.5.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e desde que não haja, no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.5.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 4.5.11.1. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

5. RESPONSABILIDADE

- 5.1 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto do contrato, isentando, assim, a CONTRATANTE de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte da CONTRATANTE, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.
- 5.2 A CONTRATADA, na vigência do Contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, eximindo a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os danos materiais e morais causados a seus empregados ou a terceiros, os seguros necessários à execução dos serviços avençados, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos.
- 5.3 A CONTRATADA assumirá, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, na forma dos arts. 14, 17, 20 e 23 a 27, da Lei Federal nº 8.078/1990 e, no que couber, pelas disposições da Lei Federal nº 10.406/2002.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Regime de execução: empreitada por preço unitário
- 6.2. As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se no **Apêndice I – Projeto Básico - deste instrumento.**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

7. GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3.** As comunicações entre a SLU e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:**
- 7.7.1.** Verificar se estão sendo cumpridas as especificações técnicas dos serviços, se os materiais atendem as exigências dos projetos, das especificações das normas da SLU e das normas técnicas aplicáveis, exigindo os testes e ensaios normatizados, caso necessários, para garantir a qualidade dos serviços.
- 7.7.2.** Analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços.
- 7.7.3.** Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer falha na prestação dos serviços.
- 7.7.4.** Recomendar a aplicação de advertências, multas ou outras penalidades previstas no Contrato.
- 7.7.5.** Questionar dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.
- 7.8.** A existência da Fiscalização não exime a responsabilidade da CONTRATADA.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

7.9. A SLU poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.10. As comunicações entre a SLU e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.11. As reuniões deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes, preferencialmente digitadas, contendo no mínimo os seguintes elementos:

7.11.1. Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados e assinatura da ata pelos presentes;

7.11.2. Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;

7.11.3. Os problemas relatados deverão apresentar encaminhamentos de soluções, com os responsáveis pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e a justificativa das soluções propostas;

7.11.4. Relação das pessoas que receberão cópias da ata.

8. MEDICÃO E PAGAMENTO

8.1. Os serviços/materiais serão medidos mensalmente, conforme executados e estejam de acordo com as especificações técnicas, considerando seus preços unitários da planilha contratual e o cronograma físico financeiro do contrato.

8.1.1. Os serviços/materiais não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição.

8.1.2. As medições serão elaboradas tendo em vista os serviços executados entre o primeiro e o último dia de cada mês, pela Fiscalização, com a participação da CONTRATADA, sendo formalizadas e datadas até o 15º dia do mês seguinte.

8.2. A Administração Local (AL) será medida proporcionalmente ao valor de cada medição de serviços efetivamente executados, cumulativamente até o total de 100 unidades, considerando o custo de cada unidade conforme Planilha de Orçamento.

8.2.1. O quantitativo referente à Administração Local de cada medição será calculado da seguinte forma:

$$AL \text{ mensal} = \frac{\text{Medição mensal (exclusive AL)}}{\text{Valor global} - AL} \times 100 = n^\circ \text{ de unidades}$$

8.3. Os itens relativos à disposição ambientalmente correta de resíduos da construção civil (entulho e terra) serão medidos considerando o volume de material solto já empolado – medido topograficamente ou em cima de caminhão.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

8.4. O prazo para pagamento da medição será de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo das Notas Fiscais/Faturas (atesto da Nota Fiscal pela Fiscalização).

8.4.1. O recebimento das Notas Fiscais/Faturas, tratado no **subitem 8.4**, ocorrerá apenas no caso de regularidade com as condições e documentos listados nos **subitens 8.5, 8.6 e 8.7**.

8.4.2. Havendo irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura ou na documentação exigida nos **subitens 8.5, 8.6 e 8.7** o prazo para pagamento previsto no **subitem 8.4** será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada e novo atesto da Nota Fiscal pela Fiscalização.

8.4.3. Havendo atraso no pagamento do valor devido, por culpa exclusiva da SLU, incidirá correção monetária até o pagamento efetivo, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

8.5. A liberação do processamento da medição inicial ficará vinculada à:

8.5.1. Entrega da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), Registro(s) de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica (TRT);

8.5.2. Relação da Equipe Técnica com a comprovação de integração de cada um dos profissionais que executarão o(s) serviço(s) ao Quadro Permanente da CONTRATADA;

8.5.3. Apresentação do certificado de matrícula no INSS;

8.5.4. Apresentação do Planejamento dos Serviços conforme o **subitem 7.3 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;

8.5.5. Apresentação e aprovação da documentação de segurança e saúde ocupacional;

8.5.6. Emissão de comunicação pela Fiscalização que recebeu os documentos relacionados nos **subitens 8.5.1 a 8.5.5** deste Termo de Referência.

8.6. A liberação do processamento das medições estará condicionada:

8.6.1. À total conformidade com as exigências referentes à Segurança e Saúde Ocupacional;

8.6.2. À apresentação da atualização mensal do Planejamento dos Serviços conforme **subitem 7.3 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;

8.6.3. À apresentação do Registro Fotográfico, conforme **subitem 8.3.1 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;

8.6.4. Ao atendimento à legislação ambiental vigente, em especial ao **item 6 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência, sendo:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 8.6.4.1. à comprovação do atendimento/implantação dos planos e controles ambientais e das condicionantes ambientais inerentes o serviço executado;
- 8.6.4.2. À apresentação da documentação comprobatória do correto gerenciamento dos resíduos;
- 8.6.4.3. À apresentação das medidas adotadas para minimizar a emissão de ruídos e atenuar as vibrações e;
- 8.6.4.4. A apresentação das medições de opacidade realizada por empresa certificada pelo INMETRO.
 - a. Essa documentação deverá ser atesta pelo profissional responsável pela gestão ambiental do serviço e ser acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.
- 8.6.5. Comprovação, por antecipação e mensalmente, dos recolhimentos do FGTS, devidamente acompanhados de relação nominal de empregados alocados no(s) serviço(s) (Guia do FGTS), bem como de todos os encargos trabalhistas, se for o caso;
- 8.6.6. Comprovação, por antecipação e mensalmente, devidamente protocolada na CONTRATANTE, na seguinte ordem, após solicitação da Fiscalização:
 - 8.6.6.1. 1º Kit de documentação padrão:
 - a. Nota fiscal;
 - b. Declaração de materiais usados e Notas Fiscais correspondentes, caso tenha dedução na Nota Fiscal da CONTRATADA nas bases de cálculo do ISS e INSS;
 - c. Declaração trabalhista dos profissionais que prestaram serviços na medição, contendo: nome, função, horas trabalhadas e regime de contratação;
 - d. SEFIP / GFIP / Protocolo de envio CONECTIVIDADE SOCIAL;
 - e. FGTS comprovante pagamento e guia, se for o caso;
 - f. INSS comprovante de pagamento e guia.
 - 8.6.6.2. 2º Kit de documentação complementar:
 - a. Resumo da folha de pagamento de funcionários;
 - b. Folha de pagamento de funcionários, se for o caso;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- c. Recibo de pagamento de Autônomo, se for o caso,
- d. Recibo de pagamento de Pró-labore, se for o caso,
- e. Comprovante de pagamento de salário de funcionários, autônomos e pró-labore;
- f. IRRF comprovante de pagamento e DARF, se for o caso,
- g. Demais documentos que desejar encaminhar.

8.6.7. demonstração de recolhimento do ISS;

8.6.8. registro do SUCAF ativo e atualizado.

8.7. A liberação do processamento da medição final ficará vinculada:

8.7.1. A entrega do Manual do Usuário, com toda a documentação exigida no **Apêndice IX** deste Termo de Referência;

8.7.2. A entrega dos certificados de garantia de todos os equipamentos instalados, anexado à respectiva Nota Fiscal de compra (ou cópia autenticada) do material;

8.8. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8.9. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo da Nota Fiscal ou documento equivalente observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da INRFB nº 1234/2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal n.º 18.272/2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB nº 1234/2012.

8.10. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente na Nota Fiscal ou documentos equivalentes, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal nº 18.272/2023 c/c artigo 4º da IN RFB nº 1.234/2023.

8.11. Para fins de obtenção da isenção de ISSQN prevista no artigo 1º da Lei Municipal nº 9.145/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 12.332/2006, o prestador de serviço deverá informar no documento fiscal emitido o valor total do serviço, o valor do desconto, calculado pela aplicação da alíquota correspondente ao imposto que incidiria sobre a operação, se não fosse a isenção, e, ainda, o valor recebido ou devido em consequência da prestação do serviço.

8.12. A não comprovação pelo prestador de serviço do desconto a que se refere o **subitem anterior** em favor da Administração Direta e Indireta do Município implica a exigência do imposto nos termos da legislação aplicável.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

8.13. Havendo irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura ou na documentação exigida nos **subitens 8.5, 8.6 e 8.7**, o prazo para pagamento previsto no **subitem 8.4**. será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada e novo atesto da Nota Fiscal pela Fiscalização.

8.14. Havendo atraso no pagamento do valor devido, por culpa exclusiva da SLU, incidirá correção monetária até o pagamento efetivo, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento por MENOR PREÇO apurado de forma global.

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

O Licitante classificado em primeiro lugar, deverá providenciar o envio da Documentação de Habilitação, juntamente com os documentos da Proposta Comercial, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, os seguintes documentos.

10.1. Habilitação jurídica

10.1.1. registro comercial na Junta Comercial competente, no caso de empresa individual;

10.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

10.1.3. documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

10.1.4. ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.1.5. decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 10.2.2. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 10.2.3. prova de regularidade para a Fazenda Federal, por meio de certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 10.2.4. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do Licitante, por meio de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.
- 10.2.5. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante, por meio de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.
- 10.2.6. prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação de certidão específica, negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos da legislação aplicável.
- 10.2.7. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) vigente.
- 10.2.8. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa;
- 10.2.9. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.
- 10.2.10. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal por parte de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa Equiparada, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei Municipal n.º 10.936/2016, o(a) Agente de Contratação julgará habilitadas a ME/EPP/SCE, concedendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação fiscal, pagamento ou parcelamento do débito, a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- a) A prorrogação do prazo para a regularização fiscal prevista no **subitem 10.2.10** dependerá de requerimento pelo interessado, **dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis** concedidos para a regularização da documentação fiscal.
- b) A não regularização da documentação fiscal por parte das Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa Equiparada, no prazo previsto no **subitem 10.2.10**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável, sendo facultado à Administração convocar

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.2.11. Os documentos referidos **neste item 10.2** poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

10.2.12. A comprovação de atendimento do disposto nos **subitens 10.2.3 a 10.2.8** deverá ser feita na forma da legislação específica.

10.3. Qualificação Econômico-Financeira

10.3.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) As empresas com menos de um ano de existência devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante ou no órgão de registro equivalente.
- b) As empresas com mais de um e menos de dois anos de existência devem apresentar a documentação exigida neste item relativas ao último exercício social exigível.
- c) Serão considerados, “na forma da lei”, o balanço patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social assim apresentados:
 - I. publicados em Diário Oficial; ou
 - II. publicados em Jornal; ou
 - III. devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
 - IV. na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.
- d) Os balanços patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e demonstrações contábeis dos resultados dos últimos exercícios sociais deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.3.2. Cálculo do **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** e **Índice de Endividamento (IE)**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerado habilitado o Licitante que apresentar nos dois últimos exercícios sociais:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,20 e$$

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo NÃO Circulante}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,75$$

10.3.3. Documento arquivado na Junta Comercial ou no Cartório competente demonstrativo de que o Licitante possui patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

- a) Para fins da comprovação tratada no subitem 10.3.3, o patrimônio líquido mínimo será apurado exclusivamente com base no balanço patrimonial do último exercício social exigível, nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.4. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

- a) Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

10.3.5. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso estes não sejam apresentados.

10.4. Qualificação Técnica

10.4.1. Certidão de Registro do licitante e dos profissionais na entidade profissional competente.

10.4.2. Certidões ou atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado de certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando que a Licitante executou diretamente serviços de implantação e instalação de reservatórios para abastecimento de água potável.

10.4.3. Comprovação pela empresa de possuir em quadro permanente, na data prevista para o julgamento profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado de atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que comprove que o profissional indicado executou diretamente, para a função de engenheiro ou arquiteto, serviços de implantação e instalação de reservatórios para abastecimento de água potável.

10.4.3.1. A comprovação de inclusão no quadro permanente, a qual se refere o **subitem 10.4.3**, deverá ser realizada pela apresentação de:

- a) cópia do Contrato de Trabalho do profissional, ou

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou
- c) cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade,
- d) por meio de contrato de execução de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no cartório competente e/ou na entidade profissional competente, conforme preconizam o art. 1º, da Lei Federal nº 6.496/1977 e o art. 45, da Lei Federal nº 12.378/2010.
- e) ou, ainda, por declaração expressa de disponibilidade do(s) profissional(s) quando da assinatura do contrato.

10.4.3.2. O(s) profissional(s) indicado(s) pelo licitante em sua documentação de habilitação, nos termos do **subitem 10.4.3** deverá(ão) ser o(s) responsável(s) técnico(s) pela execução dos serviços, nos termos do art. 67, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

10.4.4. Os atestados e/ou certidões deverão estar emitidos em papéis timbrados ou deverão conter carimbo do CNPJ ou outra informação que permita a devida identificação do seu emitente.

10.4.5. Não serão aceitos atestados e/ou certidões de responsabilidade ou capacidade técnica emitidos pelo próprio Licitante.

10.4.6. Em caso de apresentação de atestado e/ou certidão de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual o licitante tenha feito parte, se o atestado não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deverá ser apresentado o instrumento de constituição do Consórcio demonstrando o percentual de participação de cada consorciado, hipótese em que serão aplicados os critérios previstos no §10 do art. 67 da Lei nº. 14.133/2021 para fins de cômputo da qualificação técnica.

10.4.7. **Declarações:**

- a) **Declaração que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº. 14.133/2021, conforme modelo anexo do Edital.
- b) **Declaração que atendem aos requisitos de habilitação**, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo anexo do Edital.
- c) **Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo anexo do Edital.

- d) **Declaração que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação,** conforme modelo anexo do Edital, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 10.4.8. Na hipótese do Licitante vencedor ser considerado inabilitado, serão requeridos e analisados a Proposta e os documentos de habilitação da Licitante subsequente, por ordem de classificação, nos mesmos termos e prazos especificados neste edital, até que se obtenha um Licitante habilitado.
- 10.4.9. O prazo estipulado no item 10 poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SLU.
- 10.4.10. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 11.1.** O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL, observadas as exigências deste Termo de Referência.
- 11.1.1 No certame será analisado o valor unitário de cada item que compõem o lote; portanto quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado do Edital para cada item. O valor referencial do edital para cada item que compõe o lote é preço teto, limitador das propostas das licitantes e não serão consideradas propostas com preços de itens com valores superiores aos preços referenciais unitários de cada item.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 13.1.** Valor total estimado para a contratação total dos serviços é de R\$ 187.807,61 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e sete reais e sessenta e um centavos), conforme preços unitários referenciais que lhe dão suporte.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 14.1.** As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária(s):

2708.4501.17.512.046.2.539.0002.449051.05.1.759.000.0000 – Reduzido 27080080.

- 14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGÍVEL APÓS A CONTRATAÇÃO

- 15.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da SLU, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”, sob pena de rescisão contratual, em meio digital no formato PDF:

- 15.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) dos serviços;

- 15.1.2. Relação da Equipe Técnica com a comprovação de integração de cada um dos profissionais ao Quadro Permanente da CONTRATADA, feita através de cópia do Contrato de Trabalho do profissional; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, além da devida Certidão de Registro na entidade profissional competente como RT da CONTRATADA; ou, ainda, através do contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), quando a legislação assim exigir, observando o disposto na Lei n.º 6.496/1977, na Lei n.º 12.378/2010 e seus regulamentos;

- 15.1.3. Abertura do certificado de matrícula no INSS;

- 15.1.4. Apresentação do Planejamento dos Serviços completo, conforme o **subitem 7.3 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;

15.1.4.1. O Planejamento dos Serviços, completo, deve apresentar etapas/atividades detalhadas por semanas. O programa deverá contemplar também o cronograma de mão de obra e equipamentos a serem utilizados no empreendimento. O cronograma físico financeiro deverá ter os seus respectivos percentuais físicos em concordância com o cronograma da proposta. Deverão estar incluídos nesse cronograma o prazo de elaboração e entrega de toda documentação necessária para execução dos serviços, bem como Manual do Usuário.

- 15.2.** A CONTRATADA deverá observar o prazo do § 1º do art. 27 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da obra e/ou serviço, e o prazo dos inc. I, II e III, do art. 2º da Resolução nº 91/2014 do CAU/BR

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

para Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de obras e serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

15.3. A CONTRATADA deverá também apresentar à Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho da CONTRATANTE no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da ordem de serviço a seguinte documentação:

15.3.1. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em conformidade com a NR-1 e NR-18 (se aplicável);

15.3.1.1. Ficam dispensadas de apresentação do PGR, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Grau de Risco 1 e 2, que no levantamento preliminar de perigos não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos;

15.3.2. Comunicação Prévia de início dos serviços no Ministério do Trabalho e Previdência;

15.3.3. Certificado de treinamento, conforme necessidade de acordo a função de cada empregado:

15.3.3.1. NR-10 para atividades com risco elétrico;

15.3.3.2. NR-12 para operação com máquinas;

15.3.3.3. NR-17 para risco ergonômico reconhecido e, principalmente, atividades que executam levantamento e transporte manual de cargas/materiais;

15.3.3.4. NR-18 - Treinamento básico de Segurança do Trabalho de 04 horas;

15.3.3.5. Poderá ser exigido treinamentos complementares para funções específicas, conforme definido na NR-18;

15.3.3.6. NR-20 para operação com líquidos e combustíveis inflamáveis;

15.3.3.7. NR-33 para operação em espaços confinados;

15.3.3.8. NR-35 para operação de trabalho em altura.

15.3.4. Modelo de ficha técnica de distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida de todos os empregados a que se aplica;

15.3.5. Cópia de Registro de todos os empregados em serviço;

15.3.6. Registro de Técnico de Segurança de acordo com exigência da NR04;

15.3.7. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), com os atestados de Saúde Ocupacional dos Funcionários (ASO);

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

15.3.7.1. Ficam dispensados da apresentação do PCMSO: O MEI, a ME e a EPP, Graus de Risco 1 e 2, que não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos.

15.3.8. Cópia das Ordens de Serviços sobre Segurança e Saúde no Trabalho;

15.3.9. Composição da CIPA, conforme NR-5 e treinamentos para eleitos e designados a que se aplica.

15.3.10. As licitantes dispensadas da apresentação do PGR e do PCMSO, conforme os **subitens 15.3.1.1 e 15.3.7.1** deste Termo de Referência, não devem incluir nas composições de preços unitários de sua proposta comercial os custos oriundos da elaboração de tais documentos.

15.3.11. Os documentos exigidos acima devem estar em conformidade com o Plano de Segurança de Obras (PSO).

15.4. Havendo erros, omissões ou não conformidades na documentação solicitada no **item 15** deste Termo de Referência, serão informados à CONTRATADA para correção.

15.5. Após verificados, a CONTRATANTE devolverá os documentos de propriedade da CONTRATADA.

15.6. A CONTRATADA ficará sujeita à multa, conforme disposto no contrato a partir do momento que não cumprir prazo de qualquer atividade contratual.

16. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Em conformidade com o Decreto nº 18.324, de 18 de maio de 2023, a presente contratação será acompanhada e fiscalizada por representantes devidamente designados pela Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, por meio de portaria.

16.2. A gestão do contrato correrá pela Diretoria Operacional – DROPE-SLU da Superintendência de Limpeza Urbana.

16.3. Fiscalização técnica: Gerência de Monitoramento e Disposição Final de Resíduos (GEMOD-SLU).

16.4. Fiscalização administrativa: Gerência de Controle de Contratos e Convênios (GCCON-SLU).

16.5. A execução dos serviços será acompanhada e/ou fiscalizada pela referida Comissão designada formalmente por meio de Portaria, com poderes para verificar se as especificações estão sendo cumpridas, analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços, fazer qualquer advertência quanto a qualquer falha da CONTRATADA, recomendar aplicação de multas ou outras penalidades previstas no Contrato.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 16.6.** A CONTRATANTE, que terá plenos poderes para verificar e fazer cumprir a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas, padrões de qualidade e legislação vigente, desde o início dos serviços, até o final da vigência contratual.
- 16.7.** A fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela prestação dos serviços avençados.
- 16.8.** O gestor e os fiscais do Contrato poderão indicar empregados da SLU para supervisionar os serviços a serem executados pela CONTRATADA.
- 16.9.** A fiscalização contratual pelas Unidades da SLU não exclui ou reduz responsabilidade da CONTRATADA por danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE durante a execução dos serviços contratados, a qual se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente ou por prepostos designados, da seguinte forma:
- 16.9.1. Ter livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da CONTRATADA.
- 16.9.2. Não permitir que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.
- 16.9.3. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem identificação, que embaraçar ou dificultar ações fiscalizadoras ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, seja julgada inconveniente.
- 16.9.4. Examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.
- 16.9.5. Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
- 16.9.6. Proceder à cuidadosa vistoria para verificar a perfeita execução dos serviços.
- 16.9.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, compatível com o efetivo contratado.
- 16.10.** A CONTRATADA deverá atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não aplicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 16.11.** No exercício da fiscalização, a CONTRATANTE terá acesso às instalações físicas utilizadas para cumprimento do objeto contratado e aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONTRATADA e relativos à execução do objeto contratual, com a exceção única daqueles de natureza sigilosa reconhecidos na Lei.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras implícitas nos **Anexos do Edital de Licitação**:

- 17.1.** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inc. XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- 17.2.** Visitar o local dos serviços, por meio de seu responsável técnico, documentando fotograficamente as condições locais, avaliando a complexidade que envolve a execução do contrato;
- 17.3.** Registrar a execução dos serviços contratados através da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no prazo estabelecido no art. 27, § 1º, da Resolução 1.137/2023 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, nos prazos do art. 2º da Resolução 91/2014 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR;
- 17.3.1.** Promover o competente registro do(s) serviços junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, com a averbação, à margem do registro, da cessão dos direitos do autor à CONTRATANTE, na forma prevista nos arts. 19 e 50 da Lei n.º 9.610/1998, c/c art. 17 da Lei n.º 5.988/1973, c/c art. 17 da Lei n.º 5.194/1966, c/c art. 13 da Lei n.º 12.378/2010, c/c Resolução 1.029/2010 do CONFEA, c/c Resolução 67/2013 do CAU/BR;
- 17.4.** Cumprir, dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas;
- 17.5.** Cumprir todas as obrigações estipuladas neste Termo de Referência;
- 17.6.** Obter, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, todas as licenças e/ou autorizações exigidas pela legislação municipal;
- 17.7.** Manter a frente dos trabalhos a equipe técnica indicada em sua proposta, ou que venha a ser aprovada pela CONTRATANTE, na hipótese de não exigência de indicação, sempre liderada por profissional qualificado, com capacidade e poderes bastantes para representá-la perante a Fiscalização da CONTRATANTE e resolver problemas referentes aos serviços em execução, nos termos do **item 9 do Projeto Básico – Apêndice I** deste Termo de Referência;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 17.8.** Se compromete a reservar a cota mínima de 10% de trabalhadoras mulheres em postos de trabalho diretamente ligados aos serviços e atividades de canteiro-de-obras em contratos cujo número de funcionários for igual ou superior a 10 (dez).
- 17.8.1. A comprovação do cumprimento do disposto nesta Cláusula será feita mediante a apresentação da lista de funcionários mensalmente ao Fiscal Administrativo do contrato.
- 17.8.2. Caso a CONTRATADA não consiga alcançar a percentagem estabelecida, ela deve comprovar a divulgação das vagas com material flexionado em termos de gênero (pedreira, armadora, carpinteira, etc.) nos seguintes locais:
- a) em jornal de grande circulação;
 - b) no site da empresa CONTRATADA;
 - c) no Sistema Nacional de Emprego – SINE;
 - d) na região onde a obra será executada, em locais de ampla circulação de pessoas, em especial mulheres.
- 17.9.** Comprovar mensalmente o atendimento do percentual estabelecido e dos postos de trabalho ocupados por cada funcionária;
- 17.9.1. Em casos de não cumprimento da cota mínima, comprovar a divulgação de postos de trabalho diretamente ligados aos serviços e atividades locais para mulheres;
- 17.9.2. A
- 17.9.3. plicar o Código de Conduta acordado quando da adjudicação do contrato;
- 17.10.** Fornecer todos os equipamentos necessários à execução do escopo do contrato;
- 17.11.** Manter em bom estado, todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços contratados, objetivando atender ao cronograma físico, à qualidade e às especificações técnicas;
- 17.12.** Cumprir rigorosamente o planejamento gerencial das atividades na instalação de apoio, nos termos do **item 7 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;
- 17.13.** Responsabilizar-se pelo recolhimento, triagem e destinação adequada dos resíduos independentemente da natureza destes, na forma do **subitem 6.3 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;
- 17.14.** Manter limpa a área de execução dos serviços, inclusive a instalação de apoio, sem lixos ou recipientes que possam acumular água, evitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores, conforme exigido no **subitem 11.6 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 17.15. Assegurar e responsabilizar-se, durante a execução dos serviços, pela proteção e conservação desses, assim como dos materiais e equipamentos empregados, e/ou necessários à execução, até o recebimento provisório pela Administração;
- 17.16. Corrigir, refazer, reparar, revisar, ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 17.17. Permitir e facilitar, à Fiscalização da CONTRATANTE, a inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados;
- 17.18. Obedecer, integralmente, ao Plano de Segurança dos serviços, conforme as Normas de Segurança do Trabalho;
- 17.19. Participar, ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;
- 17.20. Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou editados pela CONTRATANTE;
- 17.21. Manter atualizado o Diário de Contrato, nele registrando todas as ocorrências que afetem o prazo de execução, ou o orçamento dos serviços, devendo todas as anotações serem vistas pelo Fiscal do Contrato;
- 17.22. Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução dos serviços em locais públicos;
- 17.23. Entregar ao Fiscal do Contrato o Manual do Usuário, conforme estabelecido no **item 14 do Projeto Básico** – Apêndice I deste Termo de Referência;
- 17.24. Juntar, em caso de pedido de aditivo de prazo, valor ou alteração de planilha, além da justificativa, do Cronograma Físico-Financeiro e da Planilha de Orçamento Contratual, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do projeto, da Planilha Contratual, do Cronograma Físico-Financeiro e de outras peças técnicas relativas às alterações solicitadas;
- 17.25. Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto do contrato, para os servidores ou empregados da CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo;
- 17.26. Assinar a qualquer tempo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, os documentos necessários, ou que vierem a ser necessários para a regularização dos serviços efetivamente executados perante os órgãos competentes (INSS, cartórios de registro de

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

imóveis, regulação urbana, meio ambiente, conselhos profissionais, concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos, órgãos do patrimônio histórico e artístico de qualquer esfera de governo etc.), mesmo após a resolução, ou rescisão do Contrato.

- 17.27.** Disponibilizar equipes devidamente munidas dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários para o perfeito desempenho da função, conforme determina a o Ministério do Trabalho, assim como todo o material de proteção coletiva que for necessário a execução do serviço;
- 17.28.** O transporte dos materiais necessários para execução do objeto deste empreendimento deverá obedecer às normas, portarias e recomendações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, BHTrans e demais órgãos de regulamentação de transporte, sendo da CONTRATADA, esta responsabilidade, pela condição dos caminhões, seu peso líquido em relação ao tipo e categoria do veículo de transporte e trajetos permitidos na região urbana, inclusive em seus horários.
- 17.29.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 17.30.** Promover a Entrega e Apresentação dos serviços conforme as orientações constantes nos Procedimentos de Projetos da SLU e outros documentos referenciados por este;
- 17.31.** Prestar esclarecimentos necessários e revisar os documentos técnicos rejeitados pela Fiscalização, e efetuar todas as compatibilizações necessárias em todos os documentos, tanto os rejeitados quanto os inicialmente aprovados;
- 17.32.** Não repassar informações sobre o trabalho objeto do Contrato, nem dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado ou documento recebido para a execução dos serviços ou produzido a partir da realização das ações, salvo com prévia autorização da CONTRATANTE;
- 17.33.** Devolver à CONTRATANTE toda a documentação técnica recebida para execução dos trabalhos;

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 18.1.** Emitir Ordem de Serviço que autorizará o início dos serviços.
- 18.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado, por meio do Departamento de Destinação Final de Resíduos da SLU (DDFR-SLU), gerências e servidores designados.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 18.3. Fiscalizar a manutenção pela CONTRATADA, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.4. Acompanhar, fiscalizar e vistar o Diário de Contrato, por meio do Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/2021;
- 18.5. Designar um ou mais técnicos de seus quadros que ficarão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, análise dos relatórios e demais informações técnicas enviadas pela CONTRATADA.
- 18.6. Franquear acesso às dependências da CTRS BR-040 ao(s) técnico(s) da CONTRATADA para realização dos serviços *in loco*.
- 18.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço/fornecimento.
- 18.8. Fornecer todos os formulários/modelos necessários ao registro dos serviços executados, tais como os Boletins Diários de Serviços.
- 18.9. Fornecer informações necessárias à condução dos trabalhos pela CONTRATADA, caracterizando as especificações e referências necessárias ao perfeito atendimento da CONTRATADA quanto ao objeto licitado.
- 18.10. Executar, conferir e assinar a medição dos serviços.
- 18.11. Solicitar, a qualquer tempo, o afastamento de qualquer empregado ou prestador de serviços da CONTRATADA cujo comportamento resulte em problemas para o adequado cumprimento de suas obrigações contratuais.
- 18.12. Emitir no menor tempo possível, quando de sua responsabilidade, os documentos legais necessários para o licenciamento, implantação e operação do empreendimento a cargo da CONTRATADA.
- 18.13. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica para as atividades de planejamento e fiscalização referentes às atividades do Contrato.
- 18.14. Emitir após a conclusão dos trabalhos, o termo de conclusão e recebimento dos serviços.
- 18.15. Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.
- 18.16. Notificar, por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 18.17.** Efetuar o pagamento pelo serviço prestado, proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados e desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 18.18.** Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 18.18.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- 18.18.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 18.18.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 18.18.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 18.19.** Arquivar, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1.** O presente documento não precisa de classificação de sigilo conforme a Lei n.º 12.527/2011.
- 19.2.** A SLU dará autorização à utilização de área na CTRS-BR040, a título de mera permissão, que não induz a posse, para que a CONTRATADA a utilize para o local de guarda de máquinas e equipamentos, durante o período da vigência do Contrato.
- 19.3.** A CONTRATADA deve zelar pela conservação das áreas disponibilizadas pela SLU, entregando, ao final do Contrato, todas as instalações, no mínimo, nas mesmas condições em que recebeu.
- 19.4.** A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma, em alteração contratual ou novação.
- 19.5.** As normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, se conflitantes com as deste Termo de Referência ou com informações prestadas pela SLU, preponderarão sobre estes.
- 19.6.** As normas da Lei n.º 14.133/2021, e suas alterações, se conflitantes com as deste Termo de Referência ou com informações prestadas pela SLU, preponderarão sobre estes.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

19.7. A CONTRATADA exime a CONTRATANTE de responsabilidades civil, penal e administrativa se as atividades vinculadas ao presente contrato vierem a ser consideradas lesivas, nos termos da legislação vigente. Em caso de responsabilidade civil e administrativa, assegura-se o direito de regresso da CONTRATANTE contra a CONTRATADA.

19.8. A CONTRATADA ficará adstrita às penalidades constantes neste Termo de Referência até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da contratação, diante da legislação aplicável e normas instituídas no contrato, independente do término da vigência contratual.

19.9. Fazem parte deste instrumento os seguintes apêndices:

Apêndice I:	Projeto Básico;
Apêndice II:	Planilha de Orçamento;
Apêndice III:	Cronograma Físico Financeiro;
Apêndice IV:	Composição de Preços Unitários;
Apêndice V:	Administração Local
Apêndice VI:	Memória de Cálculo dos BDI;
Apêndice VII:	ARTs Orçamento e Projeto Básico/Projetos Técnicos;
Apêndice VIII:	Projetos Técnicos;
Apêndice IX:	Manual do Usuário;
Apêndice X:	Estudo Técnico Preliminar;
Apêndice XI:	Memorial Descritivo.

Belo Horizonte, (na data da última assinatura).

Eng. Lucas Paulo Garíglío
Chefe – DDFR

Eng. Cicero Antonio Antunes Catapreta
Gerente - GEMOD

Portal da Assinatura - PBH

33 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em quinta-feira, 18 de junho de 2026 às 07:34

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Termo de Referência - Reservatório - rev. Pedro 17.06.26.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em quinta-feira, 18 de junho de 2026 às 08:10
Assinante: LUCAS PAULO GARIGLIO Matrícula: LU011375
Hash da assinatura: 91F8EB CD044F8B23BD4F53718C136FF712E31354 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em quinta-feira, 18 de junho de 2026 às 07:34
Assinante: CICERO ANTONIO ANTUNES CATAPRETA Matrícula: LU011311
Hash da assinatura: 152F590F1E9A148E2E4CA8B63D7E7A54B5B37C9B Para validar utilize o QR Code ao lado

